

OS DIREITOS HUMANOS DO POVO PALESTINO NA CONJUNTURA ATUAL

APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros,

É sabido que a globalização de um modelo econômico que beneficia apenas a elite internacional fez com que as últimas décadas representassem o período mais triste nas relações entre povos e coletividades. A exclusão social fez com que apenas um quarto da humanidade consumisse sozinho 75% das riquezas desse planeta. Portanto, os três quartos restantes dos povos ficam apenas com o que sobrou dos ricos. A questão palestina está diretamente inserida neste contexto. Pois, o total apoio dos EUA ao estado de Israel e o poder de interferência do “lobby” judaico na política norte-americana fizeram com que a ONU não tivesse nenhuma condição de fazer valer as suas deliberações para garantir os direitos humanos do povo palestino durante os últimos 54 anos.

Esta cartilha é de muita importância ao resumir a história de um povo que luta para libertar aquilo que sobrou de sua pátria original. O povo palestino vive hoje em apenas 22% de seu território que existia até maio de 1948. No entanto, essa pequena proporção, e desde 1967, está sendo ocupada pelo exército de Israel que vem praticando todos os crimes de guerra e de desrespeito aos direitos humanos, desde demolição de casas e extinção de aldeias, até assassinatos seletivos de lideranças palestinas.

A extrema direita, desde que assumiu o poder em Israel, vem cometendo os piores massacres na história da humanidade, o que levou a sociedade civil mundial a se levantar no mundo inteiro, exigindo a retirada do exército de Israel e o reconhecimento dos direitos dos palestinos. A sociedade brasileira também fez, e continua fazendo, a sua parte. O Instituto de Comunicação e Cidadania - ICC - é uma demonstração disso, onde no seu projeto de democratizar a informação e o debate, coloca essa cartilha à disposição da comunidade, como síntese do Simpósio Internacional, realizado na Unicamp em novembro de 2001, antes, portanto, dos massacres de março/abril deste ano. Tal simpósio foi realizado como iniciativa do saudoso Toninho, prefeito de Campinas, em comum acordo com o Prof. Dr. Hermano Tavares, então Reitor daquela universidade.

Mohamed Habib – Unicamp

I – AS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS E ISRAEL, UMA VISÃO HISTÓRICA

Prof.-Dr. João Quartim de Moraes

Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

[...] Vou procurar fazer uma rápida exposição sobre o tema. Farei isso me utilizando de três idéias básicas para fundamentar, minimamente, a minha explanação. A primeira questão é o elemento radicalmente colonialista que está presente desde os primórdios da ideologia sionista. O sionismo é uma forma de colonialismo que serviu de instrumento para uma singular crueldade histórica, a saber: os judeus se vingaram nos árabes o que sofreram no Ocidente cristão. Essa injustiça fica ainda mais patente quando se constata que o maior florescimento da cultura judaica, depois da destruição do templo de Jerusalém pelo imperador romano Tito, foi sob o califado de Córdoba. Quero dizer com isso que o Judaísmo floresceu sob um poder político e religioso islâmico. É só comparar o que acontece com os árabes submetidos ao jugo político israelense sionista para perceber essa completa injustiça histórica.

A origem imediata do sionismo foi a vaga de perseguições aos judeus desatada na Europa Oriental, onde houve um deslocamento histórico das populações judaicas para o Oriente, que encontraram refúgio nos países sob o domínio do Império Otomano. Em resposta a essa perseguição, foram criadas as teorias do sionismo, pelo Dr. Theodor Herzl, que publicou o livro O Estado Judeu em 1895. Nesse livro, está o projeto colonialista: “os judeus se encontram dispersos pelo mundo, vamos encontrar um território para eles, preferencialmente onde viveram os judeus originais”. O único detalhe é que, nesses territórios, viviam populações havia mais de 2 mil anos. Isto, para o sionismo, era realmente um detalhe. Não podemos esquecer que esse livro foi escrito no auge do colonialismo, quando as grandes potências estavam partilhando o mundo ao bel-prazer. O sionismo, então, pega “carona” com o colonialismo internacional da época. Coerente com isso, Herzl escreve que o objetivo é criar um Estado judeu que devia “fazer parte de uma muralha defensiva da Europa na Ásia”, um posto avançado da civilização contra a barbárie. O Barão de Rotschild, do ramo francês da poderosa família de financistas judeus, já havia desencadeado, 13 anos antes do livro, um processo civilizatório na região da Palestina, financiando a primeira imigração em massa sionista. Depois, em 1905, veio a segunda onda de imigrações, em parte pela repressão czarista sobre os judeus na Rússia. A

discriminação começou com essa segunda vaga de imigrantes, pois começou a disputa por empregos.

Com a primeira guerra, surgem os primeiros sinais da invasão britânica, que chega a fazer acordos com os árabes, no intuito de combater os otomanos. Nesse acordo, os aliados prometiam o reconhecimento de vários Estados árabes ao final da guerra, mas sabemos que estes não foram honrados, por causa da influência já marcante do sionismo sobre o governo britânico. Lorde Balfour, em 1917, plena guerra, emite a famosa declaração que promete aos judeus um lar nacional na Palestina. Este é o começo do drama e mostra o papel sórdido da Inglaterra na criação desse desastre histórico que é o conflito na Palestina. Diria que os seguidores de Herzl, mesmo os mais progressivos, partilhavam do racismo sionista. Citarei muito rápido algumas passagens. Em 1950, numa palestra sionista a oficiais superiores, vemos declarações sobre os judeus orientais como tendo “aparência de gente, sem traço de educação judaica e humana, sendo um dever lutar contra os espírito do Levante, que corrompe indivíduos e a sociedade, e preservar os autênticos valores judeus tal como se cristalizaram na diáspora”. Estamos no fundo da ironia histórica, os valores que se cristalizaram na diáspora surgiram justamente no califado de Córdoba, onde os judeus viviam decentemente, e não durante a vivência precária em guetos, sendo perseguidos. Isso quer dizer então que, de acordo com os sionistas, cristalizaram-se não os valores judeus originais que floresciam em Córdoba, mas os ocidentais e cristãos da perseguição na Europa oriental, o que é realmente uma ironia. Paradoxalmente, os valores inspiradores do sionismo não são a colina de Sião, mas sim os valores europeus da diáspora. Parece até um certo masoquismo. Nisso está incluso, justamente, um projeto cultural. O sionismo, então, usou ideologicamente os piores argumentos civilizatórios, dos mais hipócritas, do chamado Ocidente. E vimos isso até hoje, volta e meia vemos a opinião pública simpática a Israel pela sua “modernidade”, identificação com o Ocidente: “Eles são mais parecidos conosco.”

Quero também apresentar aqui uma observação feita por um ministro da Educação, já em 1969, no penúltimo governo trabalhista em Israel. Trata-se de uma grande advertência para os judeus sionistas, sobre a porção grande de orientais que existe em Israel: “Estamos longe de considerar nossa população oriunda de países orientais como uma ponte para nos integrar no mundo de língua árabe. Nosso objetivo é implantar neles o espírito ocidental e não deixá-los arrastar-nos para uma orientalidade antinatural”. O que é mais terrível, pois uma perversidade chama outra, é que esses judeus discriminados passaram a ter ódio àqueles que os discriminavam: a social-democracia, os trabalhistas e os europeus ocidentais. A reação dos orientais, nesse acúmulo de perversidades, foi a seguinte: desprezados pelos mais “civilizados”, pelos ocidentais, eles começam a votar maciçamente nos carneiros do Likud, que hoje é descendente em linha direta dos dois piores grupos de extermínio que houve no processo de terrorismo para espantar os palestinos de suas terras.

O segundo ponto que quero tratar agora é o apoio que os Estados Unidos sempre deram ao sionismo. No entendimento americano, Israel é o moderno e representa o Ocidente na região “bárbara”. Na sociedade americana, as comunidades judaicas fazem parte dos mais diversos níveis sociais, como a plebe, os sindicalistas, os banqueiros e os poderosos do mercado financeiro mundial. Para se ter uma idéia, a Cisjordânia árabe recebe apenas 3 milhões de dólares dos EUA; os israelenses 3 bilhões. Dizia um prefeito da região a um deputado americano: “Só queremos a asa de um avião Phantom que vocês dão a Israel para nos matar, pois esta vale um milhão de dólares. Nos serviria bem para construir uma escola para as crianças estudarem. Parece até uma gozação estes três milhões, dariam para comprar uma ambulância aqui, concertar um encanamento ali... Com os 3 bilhões dados a Israel, eles estão construindo 100 assentamentos. Na verdade, não queremos o dinheiro dos EUA, nós podemos conseguir por outros meios. O único auxílio deles que queremos é para conquistar nossos direitos.”

Essa solidariedade dos EUA a Israel se baseava também em alguns pontos que explicarei a seguir. Israel não concorria com os EUA quando vendia armas, pois tinha negócios com países com os quais os EUA não poderiam negociar, pelas razões as mais diversas. Outro ponto é que os EUA tinham perdido sua base no Oriente Médio com a revolução iraniana, e Israel seria então um ponto estratégico para sua influência na região. Sharon assinou o acordo de cooperação com o ministro da Defesa do governo Reagan em 30 de novembro de 1982. Alguns meses depois, começavam as invasões israelenses no Líbano e o massacre de Sabra e Shatila.

Israel, sistematicamente, desenvolveu colaboração nuclear com a África do Sul, e pleno contexto de apartheid. Estes países possuíam uma grande afinidade ideológica. É por isso que Israel é uma pústula no planeta, ainda o único país com um regime baseado na exclusão étnica. Israel cumpriu um papel sujo não só na África do Sul, mas com Pinochet em 76, na Guatemala com grandes extermínios, além de outras atuações atrozés pelo mundo. Portanto, a luta contra o Estado sionista interessa, antes de tudo, ao povo palestino, mas também a todos aqueles que lutam pela igualdade entre os povos. Pois o Estado de Israel, durante sua existência, tem se aliado a tudo que é gangrenado, purulento, na cena política internacional.

É evidente que Arafat está trabalhando com a hipótese de que vale a pena fazer concessões imensas, como já foi dito, estrangida como estava a OLP em 1993. Essas concessões chegaram ao ponto simbólico de doar sangue para as vítimas dos atentados. Estou convencido de que o único avanço na luta dos povos contra Israel foi feito pelos guerrilheiros do Hizbollah, tratados como terroristas, que expulsaram os israelenses do território libanês. Devemos

constatar que o Estado israelense não entende, ou até agora não deu mostras de entender, nenhuma outra linguagem que não a da força, no caso palestino. A única concessão que fez foi num outro contexto histórico, após 1973, quando quase foi derrotado pelo exército egípcio em batalha frontal, mas reverteu a situação graças ao apoio logístico norte-americano, que depois mais uma vez arbitrou a negociação da paz. Em 1982, Israel já recebia 2,4 bilhões de dólares de ajuda militar americana contra 152 milhões para EL Salvador, onde havia uma crise revolucionária que os EUA combatiam. A concessão para a formação de um Estado palestino é uma conquista que me parece mínima para o processo; o caminho fundamental é o do combate, através de todas as formas de luta contra a opressão israelense, esta sim fundamental: que seja eliminada, para a paz na região.

II – A HISTÓRIA DA PALESTINA

Dr. José Arbex Jr.

Editor Especial da Revista Caros Amigos

[...] Quando recebi o convite para fazer a exposição deste tema, a minha primeira reação foi me sentir extremamente feliz e honrado, mas logo depois veio um sentimento de pânico, porque o tema era “A história da Palestina”, e o que eu poderia falar sobre isso? É uma responsabilidade muito grande falar da história de um povo que se confunde com a história da civilização. São alguns milênios de história de uma cultura imensamente rica. Então, o que eu poderia falar da história da Palestina ao público da Unicamp, ainda mais quando este se encontra inserido num grave contexto? Tive de selecionar um certo ângulo de abordagem para falar da história da Palestina, que me pareceu aquele mais interessante do ponto de vista da situação atual. Esse ângulo trata da história da Palestina não de uma forma acadêmica ou enciclopédica, como uma série de relatos que já são de conhecimento de todos, mas de sua discussão à luz da responsabilidade dos intelectuais diante dela. Tentarei mostrar aqui que discutir a história da Palestina é uma responsabilidade nossa, de qualquer cidadão do mundo, e um problema de cidadania.

Uma pensadora muito importante do século passado, Hannah Arendt, costumava dizer que a luta contra a opressão é a luta da memória contra o esquecimento, e falava isso porque mostrou em sua obra que todos os regimes totalitários e autoritários têm como pedra de sustentação fundamental a passagem de uma borracha na história. A produção do esquecimento. A ninguém interessa lembrar, por exemplo, que Paulo Maluf foi o responsável pelo cemitério de Perus durante a ditadura militar. O nosso amado presidente, ao assumir o poder, a primeira providência que tomou foi dizer para esquecer tudo aquilo que tinha escrito. Os Estados Unidos, quando acusam os islâmicos de serem terroristas, esquecem aquilo que fizeram em Hiroshima e Nagasaki, no Vietnã, no Iraque recentemente, nas ditaduras militares, que empossaram mediante golpes da CIA, e etc. Portanto o esquecimento é uma operação fundamental para todos os regimes totalitários e autoritários.

A esse respeito quero começar citando um trecho que sempre me impressionou pela sua violência intelectual, cultural, política e humana, que encontrei no livro do professor Edward Said, *The Question of Palestine* e que diz o seguinte: “Nós viemos para esse país, que já era habitado pelos árabes e aqui estamos estabelecendo um Estado hebreu, isto é, judaico; em áreas consideráveis do país, compramos as terras dos árabes. Cidades judaicas foram construídas no lugar de cidades árabes. Vocês nem sabem os nomes das cidades árabes e eu não os culpo por isso, porque nem existem mais os antigos livros de geografia. Mas não apenas os livros não mais existem como as cidades árabes também desapareceram”.

O autor dessas palavras foi o general Moshe Dayan, e deu essa declaração ao jornal israelense *Eretz* no dia 4 de abril de 1969. Então aqui está exposto um programa político totalitário que apaga não apenas os nomes das cidades árabes do mapa, mas também as próprias cidades são apagadas da história. Isso é um programa de extermínio cultural, político e social. Um programa que poderia muito bem ser equiparado aos programas nazistas de extermínio do povo judeu. Esse trecho que citei impressiona pela violência e cinismo, pela maneira fria como é apresentado esse programa de extermínio da cultura e história de todo um povo.

Recentemente, foi publicado um outro livro cujo título em inglês é *Sacred Landscape: the Buried History of the Holy Land Since 1948*. O autor é um intelectual judeu israelense chamado Meron Benvenisti, historiador que fez um magnífico tratado histórico sobre esse extermínio amplo do povo palestino. Nesse livro, o autor conta, por exemplo, que após a criação do Estado de Israel, em 1948, o primeiro problema que se colocou imediatamente aos seus criadores foi o seguinte: fizeram o levantamento de 9 mil localidades, entre cidades, vilas, montanhas, rios, etc. e concluíram que 90% delas tinham nomes árabes; o resto, nome em hebreu. Isso criou um grande problema do ponto de vista do movimento sionista, porque seu lema, na passagem do século XIX para o XX, era “Uma terra sem povo para um povo sem terra”, e a terra sem povo era a Palestina. Esse lema pretendia vender para o Ocidente e para o mundo uma versão da história segundo a qual a Palestina seria uma terra desocupada. Portanto seria muito justo que um povo sem terra, o judeu, se apossasse de uma terra sem povo. Só que se depararam com um problema

embaraçoso, de que a maioria das localidades da Palestina tinha nomes árabes, de um povo que não existia, segundo o sionismo. O que fazer então? Seria preciso destruir os vestígios dessa civilização, sua história e a própria cultura que deu os nomes a esses lugares. E começaram a fazer isso. Destruíram várias cidades e vilas árabes. Hoje, quem viajar por Israel vai perceber que, em geral, as casas árabes foram demolidas e que, não raro, outras foram preservadas para virar centro cultural, ateliês de artistas, restaurantes e boates que reservam um certo ar exótico. Na verdade, as cidades israelenses foram construídas à imagem e semelhança das cidades ocidentais, portanto se constituindo como uma potência francamente estrangeira numa terra que possuía alguns milhares de anos de cultura.

Depois, também, destruíram as formas de agricultura dos árabes palestinos. Muitos locais onde havia plantações de frutas, por exemplo, foram transformados em fazendas e em plantações de culturas de ração para gado, criando o mito de que do deserto nasceu a agricultura israelense, como se os povos árabes que ali estavam por alguns milênios fossem incapazes de produzir alimento. Mas, por fim, veio o processo que, na minha opinião, foi o mais violento e insuportável. Do ponto de vista simbólico, foi o grande aviltamento da história palestina: a destruição dos olivais. Particularmente dos campos de oliva que ficam em torno da cidade de Belém, porque nenhuma planta ou cultura representa melhor ou mais profundamente a tradição milenar árabe-palestina do que os olivais, que ainda seguem sendo destruídos. É uma brutalidade cultural que afeta o próprio acervo histórico da humanidade em seu conjunto. Como cidadão do mundo, considero intolerável que os olivais daquela região sejam destruídos, porque, como cidadão do mundo, sou herdeiro dessa civilização que foi construída ao longo de milênios e me considero proprietário cultural daqueles olivais, assim como todos também deveriam se considerar.

E, finalmente, o apagamento da memória da maneira pela qual foi constituído o Estado israelense, com seus massacres, dos quais participou o Sr. Menahem Begin. Este foi homenageado com o Nobel da Paz, apagando o seu passado terrorista e a responsabilidade pelos massacres onde homens eram selecionados aleatoriamente para serem fuzilados, mulheres eram estupradas e grávidas tinham seus ventres rasgados, seus fetos arrancados para que deles não nascessem mais palestinos. Isso tudo foi apagado da história, a entrega do Nobel da Paz para um terrorista deste porte foi uma zombaria. Considerei-me insultado. Isso perfaz aquilo que, na mídia, chama-se “amnésia fabricada e arquitetura do consenso”. O consenso de que a civilização e os valores ocidentais no Oriente Médio são representados por Israel, ao passo que as outras culturas, particularmente a árabe-palestina, representam o atraso, o arcaico, o obsoleto.

É nesse quadro geral que eu entendo a questão de Jerusalém. Exigir que os palestinos tenham soberania sobre a parte árabe de Jerusalém é exigir que um massacre cultural perpetrado pelo Estado israelense, com a conivência da mídia e das grandes potências, tenha um fim. No fundo, exigir que seja reconhecido o direito do povo árabe-palestino sobre Jerusalém é reconhecer a legitimidade do outro, de uma outra cultura que não a ocidental, de um outro código de ética e de uma história que não aquela contada pelos Estados Unidos, pela Casa Branca, por George Bush e pelo Sr. Menahem Begin.

Ora, mas se nós estamos falando aqui que o problema da constituição de um Estado palestino que reconheça a parte árabe de Jerusalém como parte de seu direito histórico é um problema de reconhecimento do outro, então estamos tocando num ponto-chave da cultura internacional, hoje. Porque, quando discutimos o conflito na Bósnia entre sérvios, croatas e muçulmanos, estamos discutindo o direito de coexistirem etnias e povos diferentes. Quando discutimos o conflito em Kosovo entre albaneses e sérvios, também levantamos a mesma discussão. Assim como também sobre as questões do sul da África, entre hutus e tutsis, e a questão indígena no Brasil. Todas levam em questão o direito do reconhecimento da existência do outro, e, inversamente, quando negamos ao outro o direito de existência, que ponto de vista estamos assumindo? O ponto de vista de Hitler, nazista, totalitário, aquele que não reconhece no outro a sua legitimidade histórica, que diz que o outro é inimigo pelo simples fato de ser o outro.

Isto é o que George Bush está fazendo hoje, ao criminalizar a religião islâmica pela ação de um grupo que nem se sabe se controlado por Osama Bin Laden, porque ainda não foram apresentadas provas materiais contra ele. Se for comprovada sua culpa, seria a culpa de um líder formado e treinado pela CIA. Quando o Sr. George Bush criminaliza todo um povo, um bilhão e trezentos milhões de habitantes, por uma ação terrorista, ele está adotando um ponto de vista nazista, de exclusão do outro.

É por isso que comecei dizendo que a história da Palestina interessa a cada um de nós, como cidadãos do mundo, não como palestinos. Conhecer a história da Palestina e exigir que o seu povo tenha seu lugar na história é uma responsabilidade de qualquer intelectual honesto que mereça esse jargão, em qualquer parte do mundo. Porque essa atitude leva a reconhecer o direito dos kosovares, dos muçulmanos, croatas e sérvios bósnios, e dos judeus, a ter sua história. É exercer o compromisso com a ética, e isso não é uma opção, do ponto de vista intelectual. É uma obrigação. Ninguém pode ser chamado de intelectual devidamente se não assumir o compromisso ético com o postulado de que todo ser humano tem direito a sua história.

Finalmente, é um equívoco pretender que a discussão sobre Jerusalém e sobre o povo palestino seja uma discussão sobre o Oriente Médio. É uma discussão sobre os direitos humanos.

III - O Papel das Instituições Parlamentares para solucionar o Conflito entre Israel e Palestina

Mohammed Baraky

Parlamentar no Knesset e Presidente da Frente para a Paz e Igualdade (Israel)

[...] Minha manifestação será dividida em quatro seguimentos básicos: 1) introdução; 2) os esforços possíveis de serem feitos no Parlamento israelense; 3) no Parlamento palestino; e 4) nos Parlamentos dos demais países. Na parte introdutória, acho importante frisar que o mundo está passando por mudanças na linha das discussões políticas, pois existem outras forças que surgiram e que interferem nas decisões globais. O próprio modelo de globalização e os valores que foram criados nas últimas décadas também têm grande importância nas discussões políticas, isto é, os Estados não têm mais a força e o poder na política internacional que tinham antes. Outras forças surgiram e, agora, atuam neste campo. A questão econômica representa uma forma muito significativa de poder, e isto interfere nas decisões governamentais e até mesmo na autonomia e soberania dos diferentes Estados, haja vista o caso do Afeganistão, onde podemos ver claramente que as forças que decidem o que deve ser feito não são os governos, mas sim o poder econômico. Outro centro de poder que existe e atua claramente, hoje em dia, é a mídia, tão forte quanto o poder econômico, e a partir dela consegue-se facilmente a imagem e a idéia desejadas, interferindo na capacidade de análise da sociedade. Mais um fenômeno que caracteriza os centros de poder é o conceito atual da privatização dos valores; há esforços muito grandes para marginalizar, diminuir e diluir o papel dos partidos progressistas que têm propostas sociais de interesse da maioria da sociedade. É obvio que, para a questão palestina, estes pontos que nós citamos interferem em grande medida, e seria necessário, em nível internacional, criar mecanismos para democratizar as decisões e fortalecer os partidos e grupos que trabalham pelos valores de paz justa entre os povos. Atualmente, os que se beneficiam, na sociedade humana, não são as maiorias, mas sim as minorias. Seria preciso mudar esse quadro para alcançar o respeito aos direitos dos povos. Isso se repete nos países em desenvolvimento, que cada vez mais perdem sua capacidade de decisão, aderindo ao modelo que costumamos chamar de "globalização". Quando então se discute qual seria o papel das instituições parlamentares para contribuir na resolução de conflitos como esse discutido aqui, temos que ter em vista que estas sofrem as mesmas interferências causadas por esse modelo globalizante, em que os poderosos diluem a ação dos Parlamentos para fragilizar o seu desempenho. Portanto, é muito difícil esperar por atitudes de peso por parte destas instituições.

Falarei agora sobre o trabalho dentro do Parlamento de Israel. Há algumas particularidades que devem ser reveladas, para que entendamos a limitação do Parlamento israelense na busca da solução desse conflito. Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, até hoje, o poder fica sendo trocado entre dois grandes partidos, o partido do trabalho e o Likud. Nesses 53 anos, deu-se apenas quatro vezes a situação de estes dois partidos se juntaram, para formar um governo de coalizão como o atual. O Knesset, o Parlamento israelense, apesar de ser um governo de coalizão, tem o Likud como partido majoritário: dos 120 parlamentares, 80 são deste partido. É importante que, nos parlamentos, exista uma oposição forte para tentar impulsionar mudanças. Hoje, o partido do trabalho, por ser minoria, encontra muita dificuldade em atingir a solução rápida do conflito. Nesse sentido, o Likud trabalha numa campanha muito forte de desinformação e desqualificação da sociedade palestina dirigida ao povo israelense, tentando passar a imagem dos palestinos como sendo um povo violento e terrorista. Houve claramente, nos últimos anos, uma mudança visível no perfil político do governo de Israel, que se deslocou para a extrema direita; então, Sharon, que fazia parte de uma minoria radical, agora representa a maioria dominante. Isso é extremamente prejudicial para a resolução do conflito atual. Portanto, a possibilidade de que, a partir do Knesset, se chegue a uma solução para o conflito, está cada vez mais distante, devido à força da direita e, lamentavelmente, à união do partido do trabalho com esse governo atual. Também vale a pena mencionar que a política do Estado de Israel tem sido discriminatória contra os árabes, inclusive aqueles de nacionalidade israelense. É bom lembrar que 20% dos israelenses são palestinos e sofrem essa discriminação.

Essa perseguição começou em 1948, e não vale a pena aqui detalhá-la, mas vou fazer uma breve discussão sobre a situação atual. Nestes últimos 50 anos, houve sofrimentos bastante grandes, e basta dizer que, hoje, possuímos 250 mil refugiados fora das suas cidades originais. O sistema do governo israelense, hoje, está tentando criar um novo apartheid, o primeiro do século XXI. Por exemplo, existe um projeto de lei tramitando que já foi aprovado em primeira instância e que aparentemente será aprovado nas outras, o qual diz que quaisquer partido político e organização que apoiem movimentos terroristas — sem definir o que seria um movimento terrorista —, perderiam o direito a participar de qualquer processo de eleição em Israel. Ao discutir essa lei, quando se perguntou sobre a definição desse apoio ao terrorismo, a resposta foi: "Não há definição de terrorismo, existem listas com nomes divulgados pelo governo". Basta o governo divulgar as listas com os nomes dos países, organizações ou pessoas consideradas terroristas, e os partidos com ligações com estes perderiam seus direitos políticos dentro de Israel. Dentro disso, o movimento

popular da Intifada seria considerado terrorista, portanto os partidos que apoiassem o levante, a resistência palestina, teriam seus direitos políticos cassados. Há uma outra lei em tramitação — que também já teve uma aprovação — que fala dos direitos de voto, estabelecendo que qualquer cidadão israelense fora de Israel tem o direito de votar em processo de eleição. Isto parece razoável, no entanto há uma lei interna, em Israel, que impede justamente os israelenses de origem árabe de usufruir deste direito. Deste modo, não são todos os habitantes de Israel que podem ser considerados cidadãos, mas sim todos aqueles que Israel determinar que o sejam, de fora ou dentro do país. Por isso, fica claro que o primeiro artigo do apartheid de Israel está sendo escrito, e nele se define um critério étnico para dar direitos a alguns e tirar de outros. Mas o argumento que colocam a seu favor diz que foi um processo democrático que decidiu isso, pois a maioria do Congresso assim o quis. As leis não devem valer só pela sua aprovação pela maioria; há outros pré-requisitos fundamentais que precisam ser resgatados: a ética e a moralidade. Basta mencionar que a maioria das leis fascistas que foram criadas também foi aprovada pela maioria dos colegiados que deliberaram sobre o assunto.

Importante também lembrar que está acontecendo hoje uma grande campanha contra a comunidade árabe israelense e contra os seus parlamentares, dentro do Knesset. Dos 120 parlamentares, 9 são árabes pertencentes a partidos não vinculados ao sionismo. Já se abriram 10 inquéritos policiais para investigar 6 desses parlamentares, e eu, por exemplo, já possuo 4. Um desses parlamentares já perdeu sua imunidade quanto a ser julgado pela justiça comum. Devemos frisar que esses parlamentares não mudaram as posições políticas e ideológicas que vêm mantendo há anos, o que mudou, na realidade, foi o eixo do governo de Israel, que se deslocou muito para a direita, criando o antagonismo. Qual seria, então, o objetivo dessa campanha contra os árabes israelenses? Embora 20% da população israelense sejam palestinos, somente 14% desses têm poder de voto, e, portanto, têm muito pouco poder para determinar a formação do governo israelense. Para aprovar uma resolução de paz dentro de Israel seriam necessários 50% dos votos; sendo assim, a parcela votante árabe não teria força suficiente para atingir este montante. Como o governo atual de direita não está interessado no processo de paz, a presença destes 14% de votantes palestinos e os nove parlamentares precisariam ser enfraquecidos mais ainda. Exatamente por isso existe essa campanha. Apesar de tudo, os palestinos fazem questão de manter sua representação no Knesset, porque esta é a tribuna que eles têm para expressar suas reivindicações e procurar resgatar sua verdadeira imagem. Os parlamentares palestinos do Knesset entendem que a estratégia deles dentro do Parlamento deve ser a do esclarecimento e da tentativa de ganhar adeptos na sociedade de um modo geral, não só entre os palestinos, mas levar a bandeira da desocupação à população israelense não árabe. Para enfrentar essa campanha negativa, percebemos que precisamos usar a estratégia do esclarecimento geral da população. A direita israelense tenta, de uma forma bastante radical, dizer à sociedade israelense que todos os árabes estão contra os judeus, e é contra essa falsa propaganda que os parlamentares árabes tentam lutar.

Agora falarei sobre o Conselho Legislativo palestino. Dentro da autoridade palestina, este conselho funciona como um Parlamento. Este órgão carece muito ainda do apoio necessário a um Parlamento verdadeiro e, por isso, não consegue trabalhar pela defesa do povo palestino, muito menos se integrar aos parlamentos de outros países em busca de apoio. Essa fragilidade se deve a algumas razões: a primeira diz respeito ao fato de que esse órgão representa um território que sofre ocupação por um outro país; então, seus membros sofrem a mesma limitação em seus direitos que a de qualquer outro habitante da Palestina. Podem ser barrados a qualquer momento pelos soldados israelenses, sendo até mesmo constantemente ameaçados de prisão e morte. Também não têm o direito de sair de seu país, o que não acontece com os membros do Knesset. A segunda dificuldade diz respeito à própria história de ocupação do país, pois, depois de 50 anos, este conselho encontra-se sem experiência e sem mesmo o mínimo apoio logístico necessário a seu funcionamento como instituição legislativa. Internamente, também, existem muitas dificuldades. Uma delas é a própria incoerência dos palestinos em misturar os papéis governamentais, pois um membro do Executivo também participa do Legislativo. Esta mistura de instituições leva a um desempenho governamental fraco e ineficiente. Fica claro, então, que o “Parlamento” palestino está muito limitado e que não consegue avançar na defesa da causa palestina; então sobraria para esse órgão a tarefa da construção da frente de resistência para lutar pelos direitos dos palestinos.

A última parte da minha explanação aborda o trabalho junto a parlamentos dos países do mundo, em busca de cooperação para a causa palestina. Em relação aos diferentes países, entendemos que os governos têm sempre suas limitações para atuar no campo político, enquanto os parlamentos possuem maior flexibilidade, autonomia e possibilidade de atuar politicamente, para apoiar povos como o palestino. Com isso, torna-se necessário que haja um esforço para bloquear o trabalho do Congresso norte-americano, que é muito mais radical que o próprio governo americano. Sobre a questão palestina, parece que o Congresso norte-americano tem sido muito mais agressivo que o seu governo. Percebe-se naquele, claramente, o domínio de um lobby de Israel, e isso faz com que ele defina quem são os terroristas e dê apoio a Israel contra os palestinos. Isto faz com que este congresso distorça a imagem verdadeira do conflito no Oriente Médio. Daí a importância da pressão de outros parlamentos e parlamentares, para impedir que o Congresso norte-americano seja tão agressivo. É urgente que haja um trabalho conjunto entre os

parlamentos do mundo para um projeto que venha a resolver o problema palestino. Um dos trabalhos que podem ser feitos, por exemplo, são os abaixo-assinados de parlamentares, a fim de mostrar ao grande público a insatisfação mundial com essa realidade. Dez dias atrás, recebemos a informação a respeito de uma iniciativa, de um parlamentar alemão, de coletar em lista assinaturas, entre os governos e governantes da União Européia, em apoio à causa palestina, o que nos deixou muito otimistas. Sabemos que isso não resolve o problema imediatamente, mas leva a resolver. Acharmos importante que se faça um acordo mundial que seja enviado à ONU, para que mande à Palestina suas forças de proteção e observadores, a fim de que os os massacres diários terminem. Essa iniciativa significaria a garantia de vida a muitos, na Palestina.

Finalmente, entendemos que, para resolver a situação, não se trata de discutir a busca do equilíbrio entre as forças armadas dos dois lados em conflito, mas sim, quais direitos cada parte deveria ter. Não são as armas que alcançam a liberdade, mas sim a resistência, a vontade e a persistência em libertar a pátria. A retirada das forças de Israel do sul do Líbano ocorreu segundo essa lógica; os libaneses eram inferiores nas armas, mas muito fortes em sua resistência. O mesmo acompanhamos com o Vietnã, em relação aos Estados Unidos. A Argélia libertou-se da França sendo persistente. Esses países também venceram porque a opinião pública dos países invasores não mais apoiava os ataques e ilegítimavam a guerra. Dentro desta realidade, o povo palestino vai continuar resistindo em busca de sua liberdade, na certeza de que um dia a sociedade israelense venha a mudar de opinião e pressionar para a queda deste governo de direita. A história mostra o que acontece sempre. Todos os países que foram ocupados se libertaram, mais cedo ou mais tarde. Pode haver mais sangue, mais vidas perdidas, mais sofrimento, mas nunca houve um caso em que a ocupação tenha vencido o povo resistente. Em todos os casos, o povo que resistiu venceu e a ocupação terminou.

IV- A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO

Prof. Dr. Munther Dajani

Representante da Universidade de Al-Quds (Universidade Árabe em Jerusalém)

[...] Nós já conseguimos 168 reconhecimentos dos Estados e temos o reconhecimento de quase todos os países que compõem as Nações Unidas, exceto Israel e Estados Unidos. Consideramos que, depois da assinatura do Acordo de Oslo, que reconheceu a OLP, esses países também tenham reconhecido a autoridade palestina. Isso porque os Estados Unidos deram a garantia deste acordo, assim como Israel. Se você examinar os documentos originais, encontrará as assinaturas de Yitzhak Rabin, Yasser Arafat, Warren Christopher, pelos EUA, e Kazarov, pela República Russa. Então, por que ainda não temos um Estado palestino hoje? Por que isso acontece, se nós temos quase todas as características necessárias para a formação de um Estado? É porque nos falta, ainda, a mais importante, a soberania sobre a terra. As forças de ocupação israelenses estão ganhando controle sobre nossos céus, águas e fronteiras. Não temos sido fortes o suficiente para evitar isso. Esse é o núcleo central do problema e o obstáculo principal a impedir a formação do Estado palestino. Em qualquer Estado, se este não possui total soberania sobre sua terra, não existe independência. A ocupação por Israel das terras da Palestina se dá com tanques, força aérea, mísseis e bombas.

De fato, sou de Jerusalém. Ramallah fica a dez quilômetros de lá e Belém, apenas a oito. Não posso me mover para esses locais sem a permissão dos oficiais israelenses e, desta forma, considero que nós, palestinos, estamos sob constante cerco, já que perdemos nossa liberdade. Até me impressiona a facilidade e liberdade de locomoção que vocês, brasileiros, têm, para passar de uma cidade para outra. Para mim, é fantástico. Para se ter uma idéia, preciso ser checado em três postos antes de chegar em Ramallah, como se fosse um ladrão em meu próprio país. Sou checado física e legalmente, e uma viagem de 8 quilômetros chega a demorar até 8 horas. Outras cidades mais protegidas são piores. É este tipo de situação que temos em vista quando falamos sobre a luta pela nossa libertação. Queremos o fim da ocupação, e sobre isso todos os palestinos concordam plenamente. Tornou-se um dever a conquista do direito de ir e vir, e, para isso, precisamos convencer os israelenses de que essa relação de opressão deve mudar para uma relação de parceria. Nós recusamos as propostas de Barak e lutamos contra a ocupação de Israel porque percebemos que não existe outra possibilidade de alcançar a paz que não seja o comum acordo entre as partes, em vez da sua imposição. Os israelenses não conhecem os interesses nacionais palestinos, somente nós devemos decidir nosso futuro. Que tipo de Estado teremos se não tomarmos nossas próprias decisões?

Engraçado que todos falem sobre a segurança de Israel e quanto ela custa, mas ninguém fala sobre a segurança da Palestina, pois nós não a temos. Quando deixamos nossa casa pela manhã, não sabemos quem estará de volta ao final do dia. Quando nos despedirmos de nossa família para ir ao trabalho, às vezes nos despedimos como se fosse a última vez que os veremos. Isso acontece por duas razões. Primeiro: você pode ser morto; segundo: você pode ser detido em alguns dos postos de checagem e levado para prisão sem razão aparente, somente pelo fato de eles não

terem gostado de sua aparência naquela manhã. Quando falo em conferências internacionais como esta, tento demonstrar essa situação de tensão diária pela qual passamos. Quando passo pelos postos de checagem, sempre vejo jovens de 18, 19 anos, detidos, porque esta é uma idade não muito apreciada pelos soldados israelenses. Muitas vezes, quando chego à sala de aula para trabalhar e percebo que muitos deles estão lá, eu os parabeno por terem conseguido passar e, muitas vezes, até se desviar destes postos, através das montanhas e passagens perigosas controladas pelo exército israelense. Isto tudo para se chegar à Universidade. Quando falamos da situação atual da Palestina, falamos sobre um estado de sítio, uma situação insustentável.

V- AS RELIGIÕES ABRAÂMICAS NA PALESTINA

Monsenhor Atallah Hannah
Da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia

[...] A Igreja Ortodoxa Cristã de Jerusalém, que é a primeira igreja cristã do mundo, acredita que esta cidade é uma terra santa que une todas as religiões. A Palestina, como país, tem seu coração na cidade de Jerusalém e, de um modo geral, é berço das três religiões abraâmicas monoteístas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. A grande parte dos eventos religiosos judaicos, cristãos e islâmicos mais importantes ocorreu em Jerusalém. O tema “Palestina como berço das religiões abraâmicas” pode ser dividido em duas partes: 1) A relação entre as instituições religiosas; e 2) A relação entre os adeptos destas religiões.

Sobre o primeiro ponto, é notório que existem diferenças entre os códigos destas religiões; mas também possuem vários pontos em comum, principalmente no que se refere aos valores morais, aos direitos humanos e à justiça. Em todos os congressos e encontros ecumênicos de líderes destas religiões, podemos perceber que sempre procuram defender os direitos humanos e que adoram o mesmo Deus. Qualquer violação aos direitos humanos, sob a ótica das três religiões, significa claramente uma desobediência ao Criador e uma agressão à ordem divina. Jerusalém, essa cidade milenar, é atualmente uma cidade árabe de palestinos, e, entre estes, se encontram adeptos destas três religiões. Apesar disso, nesta cidade não existe respeito aos direitos humanos: é no berço das três religiões que menos se aplicam os seus princípios de justiça. Jerusalém sempre foi conhecida como a Cidade da Paz; agora não mais.

Os palestinos muçulmanos e cristãos representam um povo único que possui a mesma tradição e língua e que vem sofrendo toda a violência da opressão pelo exército da ocupação. Como sabemos, o Cristianismo existe na Palestina há 2 mil anos, o Islã chegou por volta do século VII e, a partir disso, ambas as religiões têm vivido em total harmonia; existem documentos que comprovam a convivência pacífica dos dois credos. Isso terminou no século passado, com as invasões israelenses. É muito importante salientar que a visão que se apresenta no Ocidente, de tentar descrever o conflito na Palestina como religioso, é falsa. Esse conflito não existe. E, muito menos, existe conflito com a religião judaica; muito ao contrário, pois esta é a base das duas outras religiões. O que existe é o conflito entre o sionismo internacional e o povo palestino. A Igreja cristã de Jerusalém e os palestinos cristãos não têm nenhum problema de diálogo entre os judeus e os muçulmanos; a dificuldade se encontra com o sionismo, que não considera o Cristianismo, nem o Islamismo. Recentemente, como exemplo disso, um rabino, em Israel, andou defendendo a tese de que os árabes palestinos devem ser jogados ao mar, porque se trataria de criaturas inferiores, como cobras, baratas e insetos. Esse rabino é considerado a principal autoridade espiritual de Israel. Curioso também que, em todos esses anos de ocupação, com milhares de vítimas fatais entre palestinos de todas as religiões, nunca houve uma manifestação de um líder espiritual judeu em Israel fazendo denúncia, exigindo uma conduta mais justa das autoridades israelenses — isto é, a sinagoga em Israel é cúmplice do governo, no que se refere aos massacres de palestinos. E, ainda, existem grupos extremistas em Israel que defendem a total destruição das instituições religiosas não judaicas neste país, alegando que a sua é a única religião aceitável.

Como dissemos no começo, o conteúdo das três religiões abordadas aqui é muito semelhante quanto aos princípios, mas quando se trata de diálogo entre as lideranças espirituais, vemos uma situação de divisão. De um lado, os líderes cristãos e muçulmanos, defendendo os direitos dos palestinos e, do outro, os líderes judaicos adotando o mesmo comportamento do Estado israelense. Essa situação de discriminação acaba prejudicando a imagem da religião judaica, chegando ao limite de levar a sociedade israelense a eleger um assassino como líder político. Israel passa por uma séria crise de valores. Há uma discriminação religiosa sustentada por um grande ódio, vindo da comunidade judaica. No entanto, a relação entre a comunidade cristã e a islâmica é totalmente diferente. Há freqüentes reuniões e diálogos entre elas. Existe respeito mútuo e compreensão, o que resultou em várias manifestações conjuntas contra a opressão. Essa união se fortalece cada vez mais devido à violência por que se vem passando. Convidamos todos os brasileiros que forem visitar a terra santa de Jerusalém a também visitar as vilas palestinas e verificar, como testemunhas oculares, a destruição de igrejas e mesquitas, sem nenhuma

distinção.

Todas as proibições que os muçulmanos sofrem para fazer suas orações na cidade santa de Jerusalém são sofridas pelos palestinos cristãos. É muito mais fácil para vocês, brasileiros, entrarem na cidade de Jerusalém do que os palestinos cristãos e muçulmanos que vivem a poucos quilômetros de distância. Nos perguntamos qual seria o motivo que leva as autoridades israelenses a proibir aos palestinos o acesso às instituições religiosas. As instituições religiosas de Jerusalém não servem somente para contar as histórias do passado, mas representam o presente e o futuro, pois é nesses lugares santos que os fiéis praticam sua espiritualidade. Não queremos que estas estruturas sirvam apenas para ser visitadas por turistas; seu valor está na frequência de seus fiéis. A Igreja do Santo Sepulcro é a primeira igreja na história cristã; ela perderia seu valor se não fosse frequentada pelos cristãos. Desde 1967, há um projeto bastante claro de transformação de Jerusalém numa cidade judaica, para apagar a história cristã e muçulmana do local. Nós não negamos — e nem podemos negar — a importância dessa cidade para o povo judeu, mas também gostaríamos que reconhecessem sua importância para o povo cristão e muçulmano. O discurso que diz que Jerusalém é a terra santa só para a religião judaica vai contra o conhecimento de todos que têm noção das religiões abraâmicas. Não é necessário dizer que Jesus Cristo, na terra, era palestino de origem e nacionalidade. Ignorar estes fatos seria a falsificação da história.

Entendemos que este conflito entre cristãos e muçulmanos, de um lado, e judeu, de outro lado, só se resolverá quando for criada uma base concreta para garantir os direitos dos palestinos. A relação harmônica que deve existir entre as três religiões só pode ser alcançada a partir do respeito aos direitos humanos e do fim da ocupação. Nós apoiamos, divulgamos e exigimos a paz, entendemos que ela é fundamental para a vida de cada ser humano, mas é bom que descrevamos que tipo de paz é esta. Trata-se da paz justa, de respeito e igualdade de direitos. No entanto, é bom também dizer que, dentro da comunidade israelense, existem aqueles que defendem esta tese. Há organizações que trabalham neste sentido, mas é uma proporção muito pequena da sociedade israelense. Os palestinos cristãos e muçulmanos estão unidos e firmes pela libertação de Jerusalém. Esta cidade precisa voltar a se abrir a todos os que praticam qualquer uma das três religiões. Seguindo a orientação de Jesus Cristo, de 2 mil anos atrás, fazemos um apelo à cristandade para que todos sigam seus exemplos, em defesa dos oprimidos e dos que sofrem, para que, com isso, o povo palestino possa contar com esse apoio para conquistar os seus direitos. O apoio a ser dado ao povo palestino é um dever ético e cristão.

VI- A VIABILIDADE PARA O ESTABELECIMENTO DO ESTADO PALESTINO: UMA VISÃO TERRITÓRIAL

Prof. Jeff Halper

Presidente do Comitê Israelita contra a Demolição de Casas

O comitê que presido é uma coalizão de mais ou menos 15 organizações israelenses diferentes que trabalham para o processo de paz. Nos últimos cinco anos, nós tivemos muito trabalho, junto com os palestinos, na resistência à ocupação. Também sou professor de antropologia, e esse tipo de pesquisador costuma fazer sua pesquisa em campo. Esse tipo de trabalho de campo nos deu uma perspectiva do conflito que é única. Há muitas pessoas que podem fazer uma análise política do processo de paz e suas negociações, mas poucas pessoas sabem realmente o que se passa no campo. Se você olha o conflito de cima, só do ponto de vista político, compreende somente aquilo que aparece nos jornais ou livros, distantes da situação real. O que gostaria de fazer, hoje, é mostrar alguns mapas que ajudam a entender o modo como vem sendo a ocupação. E gostaria também de passar um conceito chamado “matriz do controle”, que Israel utiliza para dominar a região. É muito importante entender a forma de controle, pois, quando se está longe da situação, parece que a questão do território é a mais importante. Os israelenses estão contando ao mundo que, nas negociações, estão sendo oferecidos aos palestinos 95% dos territórios ocupados, e isso parece a todos uma oferta generosa. Parece então que os palestinos estão perdendo uma grande chance, recusando uma oportunidade histórica, e a resposta a essa suposta ingratidão tem sido a violência. E isso até faz sentido se você não conhecer o mapa, pois, para a maioria, 95% do território podem significar quase 100% de soberania. Mas quero explicar aqui que Israel não precisa de mais de 5% para controlar todo o resto e tornar inviável um Estado palestino.

Israel quer um Estado palestino, Sharon também, porque existem hoje 3,5 milhões de palestinos vivendo em territórios ocupados que Israel não consegue digerir ou governar. Se Israel conseguisse anexar as regiões ocupadas dentro do mesmo Estado israelense, você teria cinco milhões de judeus e 4,5 milhões de palestinos, e isto antes do retorno dos refugiados. A questão, para Israel, então, é como ele mantém o controle de toda a área, enquanto se livra da população palestina. É muito difícil manter a ocupação quando o mundo cada vez mais reprova esse tipo de ação. Também é muito difícil estabelecer uma situação de apartheid quando o mundo está contra. O truque é, no meu ponto de vista, levar os palestinos a aceitar o que eu chamo de “ocupação consentida”. Em outras palavras, se

Israel der aos palestinos o mínimo de território para a construção de um pequeno Estado, estaria se livrando dos palestinos dos territórios ocupados. Mas a implantação desse Miniestado daria a Israel o controle da região. No meu ponto de vista, é um reflexo do processo de paz de Oslo. A questão não é a existência do Estado palestino, mas se este seria forte e não um composto de "ilhas" de territórios fáceis de controlar. De muitas maneiras, esses 5% que Israel quer possuir fazem grande diferença na criação do Estado palestino soberano.

A matriz do controle começou a ser executada a partir de 67, mas só surgiu na sua forma mais aparente e visível quando se deu o início do processo de paz em Oslo, ironicamente. Hoje Israel está completando o processo de construção dessa matriz. Primeiro, precisamos entender de que percentual estamos falando. O que sobra depois da guerra de 1967 são somente 22% dos territórios que os palestinos tinham anteriormente. E agora esses 22% são os 100% que estão sendo negociados. Entendendo que é uma negociação, sabemos que nenhuma das partes chega a conseguir os 100%, sendo óbvio que os palestinos perderão mais território. A imagem dos palestinos para o mundo é a de que não são bons negociadores, pois querem 100%, que na verdade são os 22% da área total e original de seu país.

Quando o processo se reiniciou em 1993, as fronteiras, ainda eram abertas. Os palestinos podiam mover-se pelo país inteiro sem restrições. Podia-se trabalhar, passear e orar em Jerusalém ou outras cidades. Ironicamente, em 1993, Israel fecha as fronteiras, e somente com permissões especiais se poderia circular pelo país. O fechamento das fronteiras não fez o menor sentido dentro do contexto do processo de paz. O que Arafat sempre dizia durante as negociações era: "a menos que eu possa mostrar para o meu povo alguns benefícios vindos do processo de paz, benefícios econômicos principalmente, a aceitação deste plano será muito difícil". E Paris sempre disse que o lado econômico é fundamental para qualquer processo de paz. Não há sequer razões de segurança para o fechamento das fronteiras. De fato, esse fechamento teve um impacto negativo profundo sobre a sociedade palestina. Entre outras coisas, a família palestina hoje em dia ganha menos de um oitavo do que recebia antes do fechamento das fronteiras. Este é um dos elementos da matriz do controle das fronteiras.

O principal elemento da matriz refere-se aos assentamentos. Os assentamentos tiveram três fases na sua evolução, no final dos anos 60 Israel construiu 200 assentamentos, espalhados pela Faixa de Gaza e Cisjordânia. Trata-se de uma estratégia de ocupação e não de migração. Por trás de cada assentamento que você vê, existe um grande plano de Israel, que é o controle total.

Israel aprendeu que a violência pura é contraprodutiva e mudou sua estratégia, então o que tenta fazer agora é exercer o seu controle, não tanto pela força, mas pela burocracia. A cada vez que um palestino tenta se locomover, depara-se com uma restrição, os postos de checagem, as permissões, as multas etc. Os palestinos estão presos por uma rede burocrática que prescindem do exército. O que vemos na tevê são imagens de palestinos resistindo à ocupação com pedras e paus, o que não vemos são centenas de palestinos vivendo sob essas restrições. O que Israel justifica é a existência de uma administração civil no local e não uma força militar, passando para a opinião pública a idéia de que estão ajudando a população local a se organizar. Essa administração é liderada por um general, mas os que decidem sobre os casos locais são juizes habitantes dos assentamentos, com interesses na região. O que não podemos ver é centenas de palestinos sendo controlados por essa burocracia eficiente.

Durante o processo de Oslo, Israel percebeu que os blocos de assentamentos seriam mais efetivos que os fragmentados e começou a adotar a estratégia de uni-los. A desculpa de Israel é, então, que ele tem a responsabilidade de proteger esses grandes blocos, e um deles fica ao lado do rio Jordão. Israel considera, então, o vale do Jordão a sua fronteira, não a estabelecida em 1967. Um outro bloco de assentamento fica em volta de Ariel, que divide a Cisjordânia em leste e oeste. O terceiro bloco fica nos arredores de Jerusalém. O quarto bloco é o de Sião, que fica na grande cidade de Jerusalém. Esta cidade está se transformando, de uma cidade, em uma região que controla todo o resto. Este fato é importante porque essa região é muito importante economicamente para os palestinos. Criando essa região em volta de Jerusalém, Israel torna inviável a economia palestina. Outro bloco de assentamentos fica na região de Hebron, como um corredor existente entre as cidades palestinas. Temos também vários assentamentos na região de Gaza. Neste lugar vivem mais de um milhão de palestinos e apenas 6 mil colonos, que possuem 40% da área.

Outro elemento importante para a matriz de controle são as estradas, de padrões americanos, que cortam toda a região da Cisjordânia. Para os colonos, são vias rápidas de locomoção controladas por Israel, mas para os palestinos são barreiras que o impedem de se locomover; e com isso foram criadas mais de 200 "ilhas" palestinas. Essas estradas custaram mais de 3 bilhões de dólares, são totalmente financiadas pelos Estados Unidos. É difícil de entender o porque desse investimento, já que se trata de uma região que estariam devolvendo aos palestinos. A proposta de Israel seria a criação de um Estado palestino composto por cinco cantões, cortados pela presença israelense. Israel está construindo uma grande estrada que liga o norte e o sul, e vale a pena perceber que ela passa em volta da Cisjordânia. Essa via, chamada Via Mobiliária, que passa por várias áreas rurais, teria o objetivo de criar mais assentamentos e também passaria por áreas povoadas por palestinos. Estes vivem principalmente na costa. Então a idéia dessa estrada é passar parte da população da costa mais para o centro, próximo da Cisjordânia.

Também temos em volta dessa via um grande desenvolvimento urbano, e todas as outras vias que foram feitas são conectadas a ela. Fisicamente, Israel está anexando a Cisjordânia. Esse grande projeto de incorporação está quase completo.

Todos estão discutindo o Relatório Mitchell como esperança para paralisar os assentamentos. Israel já tem assentamentos suficientes e não precisa construir mais. O ponto mais importante seria a paralisação dessas vias, pois elas conectam e dão força aos assentamentos. Se alguém conseguisse justificar que a criação desse modelo de Estado palestino desejado por Israel é viável eu lhe daria o Prêmio Nobel da criatividade.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- 1 - Devido à perseguição que as comunidades judaicas sofria nos diferentes países europeus, inclusive no Século 19, o líder sionista, Theodor Herzl, publicou em 1896 o seu livro "O Estado Judeu", e nele apresenta a idéia da criação do estado de Israel na Palestina.
- 2 - O Ministro de exterior da Inglaterra, em 1917, apresenta a sua Declaração que levou o seu nome "A Declaração Balfour", ao Parlamento Britânico, apoiando a idéia da criação do estado de Israel na Palestina.
- 3 - A Liga das Nações passa a Palestina ao mandato Britânico, a partir de 1922, com a promessa de garantir a sua independência na década dos 40.
- 4 - Em 1947, a ONU através da sua Resolução no. 181, decide pela partilha da Palestina em duas proporções, 53% para a criação do estado de Israel, e 47% para os Palestinos.
- 5 - Nos dias 9 e 10 de abril de 1948, mais de 350 palestinos civis da cidade Dir Yasseen foram massacrados pelas grupos para-militares judeus na Palestina.
- 6 - A comunidade judaica, na Palestina, proclama a criação do estado de Israel, no dia 14 de maio de 1948.
- 7 - A Inglaterra declara o término de seu mandato no dia 15 de maio de 1948, deixando os palestinos sem nenhuma condição de assegurar os seus direitos.
- 8 - Em junho de 1967, Israel ocupa, com o seu exercito, os territórios palestinos (Faixa de Gaza, Cijordânia e Jerusalém) que somam apenas 22% da Palestina original.
- 9 - Desde 1967 até a presente date (2002), a ONU e o seu Conselho de Segurança, condenaram Israel através de mais de 40 resoluções e deliberações, e exigiram a retirada das forças militares de ocupação, suspender a demolição das casas dos palestinos, suspender a construção de assentamentos judeus nos territórios ocupados, e proibir a caça seletiva das lideranças palestinas.
- 10 - Em 1982, e sob o comando de Sharon, centenas de palestinos foram massacrados em duas cidades no sul de Líbano, Sabra e Shatila.
- 11 - Em 9/12/1987 e após 20 de ocupação militar dos territórios palestinos, surgiu a 1ª Intifada (Levante popular), simbolizando a resistência do povo Palestino.
- 12 - Em dezembro de 1988, e durante um ano da intifada, 318 palestinos civis foram mortos, 20.000 feridos, 12.000 presos, 34 deportados e 140 casas demolidas. No mesmo período, apenas 8 israelenses foram mortos (6 civis e 2 soldados).
- 13 - Em setembro de 2000 surgiu a 2ª Intifada em função da invasão de Sharon com o exercito de Israel a mesquita de Al-Aqsa (Lugar sagrado dos muçulmanos).
- 14 - Março e abril de 2002, Sharon inicia com o seu exercito os piores massacres nas cidades de Ramallah e Jenin.
- 15 - Tentativas de acordos de paz ocorreram, porém sem sucesso, pois Israel faz questão em todas as vezes a manter os assentamentos nos territórios ocupados. Isto implica em considerar essas centenas de assentamentos e

14/4/2010

OS DIREITOS HUMANOS DO POVO PA...

as vias que os conectam como território israelense no meio do território palestino. Isto é, o território palestino, em todas as propostas de Israel, deveria ser totalmente desintegrado.

O Caderno "Construindo Cidadania" Nº 05 é uma publicação do Instituto de Comunicação e Cidadania - ICC.

Telefone: (0XX19) 3237-3588

Home-page: www.comcidadania.org

E-mail: noticia@comcidadania.com